

## ENUNCIÇÃO, ARGUMENTAÇÃO E SENTIDO: ENTREVISTA<sup>1</sup> COM MARION CAREL<sup>2</sup>

Lauro Gomes<sup>3</sup>

**Lauro Gomes (LG):** Sabemos que a Teoria da Polifonia, proposta por Oswald Ducrot (1984), foi atualizada pela Teoria Argumentativa da Polifonia e, mais recentemente, recebeu novos rumos nas pesquisas que você tem desenvolvido com Dinah Ribard. Você poderia nos lembrar, brevemente, em que consistem essas diferentes atualizações?

**Marion Carel (MC):** Em 1984, quando Ducrot publica *O dizer e o dito* na França, ele acompanha sua Teoria da Polifonia de uma visão muito banal do conteúdo. O que o locutor introduz no discurso, o que ele enuncia, são, segundo Ducrot, "proposições". Mais tarde, ele construirá, com Jean-Claude Anscombre, a Teoria dos Topoi e substituirá as proposições por "topoi", ou seja, por indicações argumentativas e não mais veritativas – é o caso, por exemplo, no artigo de 1995 de Ducrot, "Por uma descrição não veritativa da linguagem", que pode ser encontrado no site [semantizar.hypotheses.org](http://semantizar.hypotheses.org), em que estão coletados todos os trabalhos de semântica argumentativa, argentinos, brasileiros, espanhóis, franceses, japoneses,... No momento desta mudança de análise, Ducrot não se questionará, entretanto, se a Teoria da Polifonia, suas ferramentas, suas noções, são compatíveis, de fato, com seu ponto de vista argumentativo sobre o conteúdo enunciado. Essa é a questão que a Teoria

---

<sup>1</sup> Esta entrevista, cujas perguntas foram formuladas pelo entrevistador, foi realizada por escrito, via e-mail; e as respostas foram recebidas no dia 31 de agosto de 2020. Tradução de Lauro Gomes. Revisão da tradução por Cristiane Dall'Corcivo Lebler: doutora em Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora do Departamento de Metodologia de Ensino da Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>2</sup> Linguista, diretora de estudos na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS) de Paris, especialista em semântica, em estudos argumentativos e enunciativos. Suas pesquisas inscrevem-se no quadro da Semântica Argumentativa e desenvolvem a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) fundada em sua tese de doutorado (1992). É organizadora dos livros *Les facettes du dire. Hommage à Oswald Ducrot* (2005) e *Argumentation et polyphonie. De Saint Augustin à Robbe-Grillet* (2012); co-autora do livro *La semântica argumentativa: una introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos* (2005) e autora do livro *L'Entrelacement argumentatif* (2011) e de inúmeros artigos científicos.

<sup>3</sup> Doutor em Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CNPq). Realizou estágio de doutorado (modalidade: sanduíche - PDSE/CAPES - 2018/2019) na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS, Paris). Atualmente é professor do curso de Letras da Universidade de Passo Fundo (UPF) e professor substituto, na área de Língua Portuguesa, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS - Campus Osório). Também é membro da Comissão Científica e Estratégica de Semântica e Pragmática da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) e do GT Semântica e Estudos Enunciativos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL).

Argumentativa da Polifonia (TAP) quis responder: esta última foi dita “argumentativa”, porque a significação lexical era suposta puramente argumentativa, e isso tinha de ser levado em consideração. Fomos levados a reconstruir grandes setores da Teoria da Polifonia e, às vezes, por fim, totalmente à parte da questão da natureza da significação lexical. Dou três exemplos dessas mudanças: os dois primeiros não envolvem a natureza da significação, argumentativa ou proposicional; a terceira, a mais importante, foi inspirada, pelo contrário, pela natureza argumentativa do léxico.

A primeira mudança, a primeira atualização, diz respeito à noção de ator falante. Cronologicamente, essa noção é a mais recentemente introduzida. Ela provém, não do meu trabalho com Ducrot ou com Lescano, mas dos que estou desenvolvendo com Dinah Ribard. Nós a introduzimos, repito, por razões absolutamente independentes da natureza argumentativa ou proposicional dos conteúdos.

Ducrot distinguia, em 1984, sujeito falante e locutor. O sujeito falante é aquele que escolhe as palavras e materializa o discurso, pronunciando-o ou escrevendo-o. O locutor é aquele que o enunciado se dá como responsável e que, em particular, é designado pela primeira pessoa. Essa diferença torna-se necessária por exemplos como o enunciado *fui esculpida por X*, inscrito em uma lápide: aqui, o sujeito falante é provavelmente X, ou um membro de sua oficina, enquanto o locutor é a lápide.

Dinah Ribard e eu não questionamos essa distinção, o que defendemos é que ela não serve para nossas pesquisas que dizem respeito à ação no mundo com as palavras. Aquele que age no mundo imediatamente com palavras (o responsável pelo ato ilocutório diria Austin) nem sempre é o sujeito falante (o responsável pelo ato locutório). Assim, as "cartas com selo real" (fr. *lettres de cachet*), pelas quais o rei da França agia sob o Antigo Regime, não eram escritas manualmente por ele – pode-se suspeitar – mas também não eram ditadas por ele.

Era um ministro que “fazia o rei falar” – de modo que encontramos, por exemplo, nas memórias de Bussy Rabutin (que viveu no século XVII), comentários sobre o fato de que tal ministro tanto fazia o rei falar bem quanto, pelo contrário, fazia-o falar mal. O rei era ator falante, mas não sujeito falante; ele agia com palavras que não pretendia ter escolhido. Da mesma forma, os políticos de hoje agem com palavras, discurso após discurso, sem terem escolhido, nem eles, as palavras de seus discursos – eles têm “canetas” (fr. *plumes*), especialmente quando – e isto é um paradoxo – sua ação é politicamente importante. Eles são atores falantes sem serem absolutamente sujeitos falantes; eles pronunciam seus discursos, mas leem um texto que não escreveram.

A oposição fundamental está, então, de acordo com Dinah Ribard e eu, entre ator falante e locutor, e não, como supunha Ducrot, entre sujeito falante e locutor. Se tomarmos o exemplo da lápide e da inscrição *fui gravada por X*, o locutor é a lápide e, concordamos, o sujeito falante é provavelmente X. Mas a questão importante não é essa: a questão importante é saber quem age com essas palavras, o próprio X, assinando de alguma forma a sua obra, ou a família vitimizada fazendo saber que recorreu aos serviços de X. A noção importante é a de ator falante, e a diferença fundamental a ser feita é entre o locutor e o ator falante. Podemos agir com um enunciado do qual, abertamente, não somos o locutor.

Passo ao meu segundo exemplo, à segunda mudança efetuada no interior da Teoria da Polifonia. Como o primeiro, não envolve a questão da natureza dos conteúdos, argumentativa ou proposicional. Ele toca, entretanto, um pouco mais profundamente no equilíbrio geral da Teoria da Polifonia – ainda que possa parecer constituir, como Ducrot e eu dizíamos em nosso artigo de 2009<sup>4</sup>, uma simples “atualização”. Trata-se da diferença a ser feita entre a função textual de um conteúdo e o tom sobre o qual ele é dito. Essa diferença repousa sobre o fenômeno da autoridade polifônica que Ducrot apresenta em *O dizer e o dito*.

Recordo o fenômeno. É possível dizer *Pedro pensa que o tempo vai estar bom, vamos fazer um piquenique* sem atribuir a Pedro nenhuma autoridade meteorológica. O locutor, então, não atribui ao conteúdo [vai fazer tempo bom] a propriedade de ter sido sustentado por alguém em quem se pode confiar em matéria de previsão do tempo. O locutor utiliza diretamente o conteúdo [vai fazer tempo bom], ele articula o seu discurso como se tivesse dito *penso que vai fazer tempo bom, vamos fazer um piquenique*.

A diferença é apenas uma diferença de tom. O locutor de *penso que...* se engaja em sua enunciação, o locutor de *Pedro pensa que...* fala “através de Pedro”. É possível utilizar um conteúdo, dar-lhe um papel de primeiro plano, articular a sequência do seu discurso, mas não se dando como a fonte, o fiador desse conteúdo. É preciso distinguir o papel que o conteúdo tem no texto, o que chamamos de sua função textual, e o tom sobre o qual ele é dito.

Agora, posso passar para a terceira mudança que efetuamos no interior da Teoria da Polifonia, a mais radical. Ela é relativa à descrição desses “tons” sobre os quais os conteúdos são ditos e consistiu em abandonar a noção de enunciador que Ducrot havia utilizado até então. Insisto: não se tratava de negar o fenômeno dos quais os enunciadores procuram dar conta, bem ao contrário, mas de abandonar a ferramenta descritiva que constitui a noção de

---

<sup>4</sup> Nota do tradutor: Artigo traduzido para o português e publicado no Brasil em 2010: CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. Atualização da polifonia. Tradução: Telisa F. Graeff. Revisão da tradução: Leci B. Barbisan. *Desenredo*. Revista do Programa do Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, v. 6, n. 1, p. 9-21, jul./jun., 2010.

enunciador. Desta vez, é uma dificuldade relativa à natureza argumentativa da significação que nos levou a essa reviravolta.

Ducrot, lembremos, reconhecia plenamente o que sua noção de enunciador deve à noção de sujeito modal de Bally. O locutor de *Pedro pensa que o tempo vai estar bom, vamos fazer um piquenique* colocaria em cena um enunciador segundo o qual *o tempo vai estar bom*, o qual se assimilaria a Pedro; o locutor de *penso que vai fazer tempo bom, vamos fazer um piquenique* colocaria em cena o mesmo enunciador, mas o assimilaria a si mesmo. De maneira geral, nossos enunciados cristalizariam diálogos entre os pontos de vista de diversos sujeitos. Em seu artigo de 1986, “Charles Bally e a pragmática”, Ducrot dá o exemplo do enunciado complexo *Quando se está doente, as frutas mais deliciosas parecem insípidas*, em que o locutor colocaria em cena o confronto de dois enunciadores: sobre o mesmo objeto (uma fruta), um enunciador, doente, diria insípido, enquanto um enunciador saudável diria delicioso. Podemos dar outros exemplos. O locutor de *segundo meus bons alunos, a matéria do exame era factível mas, segundo os demais, era impossível* confrontaria os pontos de vista de dois enunciadores: um, assimilado aos bons alunos, que teriam sobre a matéria do exame o ponto de vista de que era factível, enquanto o outro, assimilado aos alunos menos bons, que teriam, sobre o mesmo objeto, o ponto de vista oposto.

Mas o que é um enunciador assimilado a um doente, o que é um enunciador assimilado aos bons alunos? O que é um doente? O que é um bom aluno? Ducrot parece admitir que, no que diz respeito à enunciação, as palavras voltam a ser descritivas: em *Pedro é um bom aluno*, a expressão *bom aluno* teria um sentido argumentativo; em *segundo meus bons alunos...* a mesma expressão teria um sentido descritivo que permitiria isolar um grupo de alunos. A Teoria da Polifonia exige que se adote um ponto de vista argumentativo fraco sobre a significação lexical: esta última conteria indicações argumentativas, mas igualmente indicações descritivas, em particular mobilizadas pela enunciação. Um argumentativista, para quem a significação é unicamente argumentativa, deve abandonar a Teoria da Polifonia.

Isso quer dizer que apenas os argumentativistas devem abandonar a Teoria da Polifonia? Num olhar mais próximo, a resposta é não. A dificuldade anterior decorre do fato de que a Teoria da Polifonia não se distanciou o suficiente da noção de sujeito modal. Seus enunciadores retêm muitas propriedades de seres pensantes do mundo que interessavam a Bally. Ora, o projeto mudou. Ducrot não defende que falar consiste em comunicar pensamentos – ao contrário de Bally, Ducrot não é cognitivista. Ducrot se interessa pela postura enunciativa do locutor. E, desse ponto de vista, não há necessidade de distinguir os

tons sobre os quais o conteúdo [o tempo vai estar bom] é dito pelos locutores de *Pedro pensa que vai fazer tempo bom, vamos fazer um piquenique* e de *Maria pensa que vai fazer tempo bom, vamos fazer um piquenique*. Nos dois casos, os locutores fazem ouvir uma subjetividade diferente da sua, seja de Pedro ou de Maria.

Isso é o que a Teoria Argumentativa da Polifonia propõe ao limitar o número de tons sobre os quais um conteúdo pode ser introduzido. Não há tantos enunciadores individuais possíveis. Existem apenas alguns, principalmente os que chamamos de o modo do concebido, o modo do encontrado e o modo do recebido. O modo do concebido, aquele no qual o locutor se engaja, corresponde à enunciação discursiva de Benveniste; o modo do encontrado, aquele no qual o locutor se desengaja em favor dos fatos, corresponde à enunciação histórica de Benveniste; e, finalmente, o modo do recebido, que Ducrot descobriu, aquele no qual o locutor se desengaja em favor de uma subjetividade diferente da sua, é aquele sobre o qual o locutor de *Pedro pensa que o tempo vai estar bom, vamos fazer um piquenique* introduz [o tempo vai estar bom]. É preciso abandonar Bally por Benveniste.

**LG:** No quadro da Teoria da Polifonia, Ducrot (1984) sustentou a tese segundo a qual “o sentido de um enunciado é uma descrição de sua enunciação”. Atualmente, você também defende que o sentido de um período argumentativo comporta uma descrição de sua enunciação". Você poderia precisar – isso seria importante para nossos interesses de pesquisa – em que medida as teorizações de Charles Bally, de Émile Benveniste e de John Austin, sobre a enunciação, comparecem nessa tese fundamental da semântica argumentativa?

**MC:** Durante muito tempo, eu estava confusa neste ponto. Por um lado, porque não prestava muita atenção no adjetivo possessivo “sua” no slogan de Ducrot; por outro, porque a própria palavra “enunciação” é ambígua. Começemos pela palavra “enunciação”.

Por "enunciação", podemos primeiro nos referir ao fenômeno de materialização da língua, durante o qual as palavras são escolhidas e pronunciadas ou escritas. Esse é o sentido que a palavra "enunciação" tem na expressão "situação de enunciação": a situação de enunciação é a situação na qual o enunciado estudado apareceu materialmente. Quando nos referimos a esse sentido, Dinah Ribard e eu falamos da enunciação “atual” ou “material”.

É um sentido bem diferente o que Benveniste dá à “enunciação” quando fala de enunciação histórica e de enunciação discursiva. O que muda de uma para a outra não é a maneira como o enunciado é pronunciado ou escrito. O que muda é o tom do locutor, seu

engajamento com o que diz, seu posicionamento diante dos conteúdos que introduziu. Dinah e eu falamos, então, de enunciação linguística.

Para responder rapidamente à segunda parte de sua pergunta, direi que o que interessa a Bally e a Benveniste é a enunciação linguística, enquanto o que interessa a Austin é a enunciação material. A oposição é particularmente clara entre Bally e Austin, porque Bally vê a fala como uma comunicação de pensamentos. Quando uma servente diz à sua patroa *Um senhor quer falar com a Senhora*, é comunicado que o senhor em questão (sujeito modal) tem o desejo (verbo modal) de uma conversa com a patroa (dictum): qualquer que seja o meio material pelo qual esse pensamento é comunicado, qualquer que seja o intermediário da servente. Para Austin, ao contrário, o ato locutório é fundamental: é ele que se analisa na ordem, na promessa ou ainda na ameaça – de modo que ele provavelmente analisaria o enunciado da servente como uma afirmação desta última sobre o senhor, e não como a comunicação de um pensamento do senhor sobre uma conversa com a patroa. Para Benveniste, a situação é menos clara, visto que, por um lado, a oposição entre enunciação histórica e enunciação discursiva diz respeito à enunciação linguística, mas, por outro lado, ao se interessar pelos dêiticos, ele se interessa pela situação de enunciação, ou seja, desta vez, pela enunciação material.

E, agora, no quadro da Teoria da Polifonia e no da Teoria Argumentativa da Polifonia?

O slogan de Ducrot "o sentido de um enunciado é uma descrição de sua enunciação" significa que a enunciação linguística é uma descrição da enunciação material. De fato, o sentido de um enunciado é constituído pela enunciação linguística – Ducrot retoma Bally; e, além disso, o adjetivo possessivo "sua" refere-se ao enunciado: "sua enunciação" é a enunciação do enunciado, ou seja, a enunciação material. O que a Teoria da Polifonia propõe é utilizar Bally para responder ao problema de Austin.

De minha parte, durante muito tempo, me interessei apenas pela enunciação linguística e não deveria ter retomado o slogan de Ducrot, em particular, o uso do adjetivo possessivo "sua". O que eu deveria ter dito é que o sentido de um período argumentativo contém a enunciação linguística do locutor – e não uma descrição da enunciação material do enunciado.

Assim retrabalhado, esse slogan tem uma importante consequência sobre a Teoria Argumentativa da Polifonia, pois dizer que a enunciação linguística pertence ao sentido, dizer que o locutor descreve linguisticamente sua própria atividade é, de fato, dar à enunciação linguística o mesmo estatuto que ao conteúdo. Em um artigo de 2014, Ducrot e eu decidimos, então, não mais fazer diferença de natureza entre a enunciação linguística e o conteúdo:

admitimos que ambos são argumentativos e devem ser descritos por encadeamentos argumentativos. Imaginemos, por exemplo, que o enunciado *acho que Pedro não tem razão* responda a um interlocutor que defende Pedro. Seu conteúdo aparece sobre o modo do concebido. Mas como definir o engajamento do locutor? Direi, agora, que o modo é o do concebido, no sentido de que a enunciação linguística pode ser parafraseada por um encadeamento que comporta um *eu digo*, por exemplo, *apesar do que você me diz, eu digo que Pedro não tem razão*. O modo do concebido é um modo sob o qual o locutor comunica *eu digo*. Ao fazê-lo, concordo com Benveniste, visto que a paráfrase revela a presença de um *eu* na enunciação discursiva. Poderíamos levar ainda mais longe o paralelo e defender que o enunciado *acho que Pedro não tem razão* evoca, mais precisamente, *apesar do que você me diz, estou dizendo-lhe que Pedro está errado* e, portanto, traz à tona um *eu lhe digo*. O modo do concebido seria um modo pelo qual o locutor comunicaria *eu lhe digo*. Notar-se-á, entretanto, uma diferença com a enunciação discursiva de Benveniste. Para decorrer do modo do concebido, a enunciação linguística deve introduzir um *eu*, eventualmente um *tu*, mas também um *dizer*. O locutor deve descrever-se dizendo.

Vemos, espero, a reviravolta. A Teoria Argumentativa da Polifonia foi inicialmente uma teoria da enunciação que teve de ser adaptada aos conteúdos argumentativos. É aí que ela era argumentativa. Tornou-se uma teoria que trata, argumentativamente, da enunciação. Ao fazê-lo, concordo com o trabalho atual de María Marta García Negroni, que descreve certos fenômenos enunciativos do espanhol por meio de argumentações. A Teoria Argumentativa da Polifonia trata argumentativamente a polifonia.

Volto, agora, à enunciação material. Meus interesses evoluíram e meu trabalho com Dinah Ribard diz respeito, igualmente, à enunciação material. Limitar-me-ei sempre, entretanto, à versão retrabalhada do slogan de Ducrot, a saber, "o sentido do enunciado contém a enunciação linguística do locutor". Não mais por desinteresse pela enunciação material, mas porque as relações entre a enunciação material e a enunciação linguística me parecem mais complicadas do que sugere o slogan de Ducrot. Admito, é claro, que falar pode consistir, para um ator falante, em sair do universo linguístico para agir em um mundo feito, às vezes, de ações com palavras e de ações independentes da língua. Nesse caso, Dinah Ribard e eu dizemos, com Ducrot, que a enunciação linguística desvenda a natureza da enunciação material. Resumimos isso dizendo que o ator falante atribui a si a enunciação linguística. Mas nem sempre esse é o caso. O ator falante nem sempre atribui a si mesmo a enunciação linguística e pode, permanecendo no universo languageiro, preferir utilizá-la para

manter uma discussão com seu interlocutor, para responder-lhe, para brincar, para questioná-lo, para reunir palavras de uma maneira ou de outra, para brincar com elas. Starobinski vê, nas máximas do moralista clássico *La Rochefoucauld*, o traço dessa atividade e fala a esse respeito de um “ato feliz de falar”, feliz pois a atividade linguageira situa-se, então, fora do nosso mundo que, segundo *La Rochefoucauld*, não são senão batalhas de vaidades e de amores próprios. Seguindo-o, Dinah Ribard e eu sustentamos que a fala pode ser alegre e mobilizar a enunciação linguística, não para agir no mundo fora do domínio das palavras, mas para se manter no da conversação. Não diremos, portanto, como Ducrot, que a enunciação linguística caracteriza, desvenda a natureza, ou, ainda, constitui a enunciação material. Às vezes sim, mas nem sempre. Um ator falante nem sempre atribui a si seu enunciado. Ele pode se engajar na fala feliz. O slogan de Ducrot deve ser complexificado para poder dar conta desses casos em que a fala não é atribuída.

Perguntaram-me recentemente, foi a primeira vez que me fizeram tal pergunta, qual era, para mim, esse exterior à língua em que agimos quando atribuímos nossos enunciados a nós mesmos, que hipóteses eu fazia sobre isso. Para dizer a verdade, não acredito, como linguista, que deva fazer muitas hipóteses. O que admito é que falar pode consistir em sair do domínio linguageiro. Não que se pretenda, então, falar de alguma coisa, mas porque, então, agimos em algo diferente do domínio do sentido, da troca de palavras, das respostas. Sobre esse exterior, estou fazendo somente uma hipótese: é o domínio em que se produz a enunciação material. O que admito é que a enunciação material (digo bem, a enunciação material, não a enunciação linguística) é exterior à língua.

**LG:** A noção de argumentação é definida na semântica argumentativa e na retórica de uma maneira muito diferente. A partir dessa constatação, gostaria de convidá-la a aprofundar, em particular, os seguintes pontos: (1) as principais diferenças entre a argumentação linguística e a argumentação retórica e (2) a presença do pensamento saussuriano na concepção argumentativa de linguagem que você desenvolve.

**MC:** A retórica se interessa pelos meios que o discurso nos oferece para persuadir um indivíduo do mundo, para fazê-lo admitir esta ou aquela proposição, para que aja na direção que desejamos. Entre esses meios, há, segundo a retórica, o recurso ao logos, isto é, a um discurso feito de proposições já admitidas (os argumentos) cuja verdade obrigaria a admitir a de uma nova proposição (a conclusão). Chamemos de “argumentação retórica” esse discurso,



constituído de uma família de argumentos e de sua conclusão. O emprego da palavra *portanto* assinalaria, de acordo com a retórica, uma argumentação retórica. Essas argumentações retóricas poderiam ou não estar completas: é habitual dizermos que *o tempo está bonito, portanto Pedro saiu* é uma argumentação incompleta, pois falta o argumento *quando o tempo está bonito, nós saímos*. Elas poderiam ou não ser válidas: *alguns linguistas são cientistas, portanto alguns linguistas não o são* é considerada incorreta. Eles seriam mais ou menos convincentes: os adolescentes não são muito sensíveis a *you have a question for the table tomorrow, therefore you should go to bed*.

A semântica argumentativa cruza a retórica em seu interesse pela palavra *portanto*. Entretanto, aí termina o paralelo, pois a semântica argumentativa absolutamente não analisa da mesma maneira os discursos que comportam a palavra *portanto*. A ideia central da semântica argumentativa, a ideia fundadora dessa abordagem da língua, é que o emprego de *portanto* na língua não repousa sobre a informação fornecida pelos argumentos e compartilhada pelos interlocutores; ela não é um meio de transmitir a verdade dos argumentos à conclusão. Anscombe e Ducrot multiplicaram os exemplos desse fenômeno. Eu dou um, que retoma suas observações sobre *peu* (fr. *à peine*). O ministro do interior francês declarou, após uma manifestação nacional de 50.000 pessoas, algo como *isso é pouco mais do que um manifestante por município, portanto vemos que o movimento não está se firmando*. Há 36.000 municípios na França, então seu cálculo estava bastante correto: 50.000 dividido por 36.000 dá como resultado 1,.... Mas sua conclusão não decorria desse cálculo. Ela decorria de seu uso de *pouco* que apresentava como negativo o fato de ter havido apenas mais de um manifestante por município. Se retirarmos o emprego de *pouco*, o discurso não se sustenta mais: *\*isso é mais do que um manifestante por município, portanto vemos que o movimento não está se firmando*. Seu emprego de *portanto* repousa, não sobre o fato descrito, mas sobre a tonalidade negativa que *pouco* lhe dá. A conjunção *portanto* não assinala a presença de uma argumentação retórica; ela não leva em consideração a informação fornecida; ela não está preocupada com a verdade; seu uso depende da tonalidade argumentativa de seu argumento.

De maneira positiva, a Teoria dos Blocos Semânticos concebe uma argumentação linguística, um discurso que emprega uma conjunção da família de *portanto*, como um único julgamento. Dizer que *a dor retorna, portanto o mal é importante* é dizer algo sobre a dor, é dizer *a dor é crônica*; dizer *era perigoso, portanto Maria tomou precauções* é dizer algo de Maria, é dizer *Maria foi prudente*. A forma argumentativa tem a mesma natureza semântica

que a forma sujeito/verbo. Ela é apenas mais explícita quanto à natureza do predicado atribuído. Ela faz aparecer que o que é dito sobre Maria, em *Maria foi prudente*, não é que ela tem uma propriedade, a Prudência, que seria verdadeira em alguns casos e falsa em outros. O que é dito de Maria, em *Maria foi prudente*, é que ela tem uma propriedade argumentativa, Tomar-precauções-por-causa-do-perigo, que não é avaliável em termos de verdadeiro e falso: até mesmo se admitirmos que podemos observar no mundo que a situação era perigosa e que precauções foram tomadas, nunca poderemos observar que as precauções eram uma consequência do perigo. Não há Prudência; existem apenas Precauções-por-causa-do-perigo. Os predicados de nossos julgamentos são argumentativos. As argumentações linguísticas os explicitam.

Ao defender que nossos discursos são todos parafraseáveis por argumentações linguísticas, o projeto da semântica argumentativa não é, portanto, reconhecer, no discurso, um caráter universalmente racional e persuasivo. A hipótese defendida é que nossos discursos são parafraseáveis por argumentações linguísticas e não são, portanto, senão pontos de vista. Tomar-precauções-por-causa-do-perigo está inscrito na significação de *prudente*, de modo que *Maria foi prudente* é parafraseável por *havia um perigo, portanto Maria tomou precauções*. Ser-importante-porque-isso-retorna está inscrito na significação de *crônica* de forma que *a dor é crônica* é parafraseável por *a dor retorna e, portanto, o mal é importante*. A significação linguística de uma palavra prefigura as argumentações linguísticas que parafrasearão os enunciados em que ela aparecerá. Os enunciados são parafraseáveis por argumentações linguísticas e isso é tudo o que se pode dizer sobre eles: palavras referem-se a outras palavras.

Então, o programa da Teoria dos Blocos Semânticos é saussuriano? Em seu artigo de 2006, “A semântica argumentativa pode filiar-se a Saussure?”, Ducrot responde sim: o valor das palavras é, de fato, para nós, nada mais do que sua relação com outras palavras. Dizer, como fazemos, que a significação de *prudente* prefigura o predicado argumentativo Tomar-precauções-por-causa-do-perigo é somente colocar a palavra *prudente* em relação com a palavra *perigo* e com a palavra *precaução*.

Parece-me, entretanto, que uma diferença deve ser feita com o projeto saussuriano, pois a semântica argumentativa não se interessa pelo léxico em si mesmo. Ela se interessa pelo léxico para descrever o discurso. Ora, Saussure colocava a combinação das palavras no interior da fala. Benveniste faz a mesma hipótese explícita de que o estudo da combinação das palavras não pertence à ordem semiótica da língua, mas a uma nova ordem, a semântica. A

semântica argumentativa, ao contrário, relaciona explicitamente léxico e discurso. A significação lexical não somente restringe o discurso (isso é bastante comum), mas ela não é nada mais do que essa restrição sobre o discurso e sua estrutura. A organização da língua, o sistema da língua, as relações das palavras entre elas, nada mais são do que aquilo que estrutura nossos discursos, o que os constitui em discurso. O interesse pelo discurso é central na semântica argumentativa, sua relação com a língua é central, constitutiva do que é a língua. Ora, essa hipótese não é, pelo menos, anti-saussuriana.

**LG:** A teorização em semântica argumentativa é, em geral, baseada em análises linguísticas e discursivas. Você poderia falar um pouco sobre a importância da descrição e da explicação dos dados empíricos para a construção teórica? Ao formular esta questão, penso, sobretudo, nos jovens linguistas interessados pelas ferramentas da Teoria dos Blocos Semânticos para resolver os problemas postos pelo texto / discurso.

**MC:** Quando comecei a me interessar pela linguística, era habitual construir seus próprios exemplos. Não perdi esse hábito e, quando exponho o estado atual de minhas pesquisas, muitas vezes me reduzo a grupos de palavras como *a dor é crônica* ou o eterno *Maria foi prudente*. É diferente na ordem da pesquisa, em que, aqui, debruço-me sobre textos. Por quê?

Um dos argumentos da linguística atual pelos corpora – e até mesmo pelos corpora robustos – é que se trata de exemplos reais, fatos, dados empíricos e não invenções fabricadas para sustentar uma certa visão da língua. Mas esse caráter não é a razão pela qual eu acho importante a análise de exemplos reais. Não nego que esses exemplos sejam dados para a linguística no sentido em que nós, linguistas, os lemos ou os ouvimos. Mas isso não me interessa.

O que os exemplos reais têm de útil, em minha opinião, é o seu contexto, que nos permite compreendê-los plenamente – o recurso a corpora robustos impede que se leve em conta esse contexto, de sorte que, para mim, tais dados perdem muito de seu interesse. Ora, somente essa compreensão fina permite questionar em que acreditamos. Não quero dizer, repito, que isso permita ser objetivo: não penso que se possa sê-lo, até porque nossos artigos são escritos em uma língua natural que é sempre, inevitavelmente, argumentativa. A linguística é uma ciência humana, e é isso que é interessante. A objetividade não é o problema. Do que a compreensão fina nos protege é das evidências; o que ela nos permite é

questioná-las, discutir, não o ponto de vista que estamos tentando formar e que, ao contrário, deve ser levado ao fim, mas discutir o que a escola nos ensinou quando éramos pequenos. Frege, o grande filósofo matemático na origem da lógica matemática contemporânea, tinha por tema de pesquisa os números: ele se perguntava o que era um número – difícil pergunta, até mesmo de colocá-la. Após a publicação do primeiro volume de sua grande obra, Russell lhe escreveu e lhe mostrou que sua visão envolvia um paradoxo. Isso interrompeu completamente os estudos de Frege, ele devia estar na casa dos 50, assim como suas publicações: o tomo seguinte, se não me engano, nunca saiu. Anos depois, Frege, retornando sobre seus trabalhos, escreveu que seu erro fora manter o ponto de vista das “crianças pequenas” a respeito dos números. O interesse pelos exemplos em linguística é o de que eles nos forneçam a possibilidade de abandonar o ponto de vista das “crianças pequenas”.

**LG:** Você poderia nos falar de seus atuais problemas de pesquisa no quadro da Teoria dos Blocos Semânticos? Penso, em particular, nas questões ligadas à “decodificação argumentativa” e à “interpretação argumentativa”.

**MC:** Minhas análises linguísticas sempre disseram respeito ao entrelaçamento, seja a predicação – isto é, as relações entre o verbo e o sujeito, mas também entre o verbo e seus complementos – ou, agora, a estrutura textual. Como, a partir da significação dos termos, o sentido é construído? Essa sempre foi a pergunta que me interessou.

Há algum tempo, interessei-me pelo fato de que existem dois procedimentos bastante diferentes de determinação do sentido, que chamo de decodificação argumentativa e de interpretação argumentativa. Mas, para ir mais longe, é necessário dar uma precisão sobre o sentido argumentativo, como eu o concebo.

Nossos enunciados, como acabamos de comentar, são parafraseáveis, segundo minha concepção, por argumentações linguísticas, o que chamamos de "encadeamentos argumentativos". Esses encadeamentos são compostos por duas proposições, ligadas por uma conjunção do tipo de *portanto* ou do tipo de *no entanto* – colocar, assim, em paralelo, *no entanto* e *portanto* é uma extensão feita pela Teoria dos Blocos Semânticos. Entretanto, o dado de tais encadeamentos não é absolutamente suficiente para descrever o sentido, pois os encadeamentos são um pouco ambíguos: o que chamei anteriormente de seu predicado argumentativo, que também podemos ver como sua estrutura, seu molde, seu esquema, nem sempre está explícito. Por exemplo, o encadeamento *seu gato a mordeu, portanto Maria*

*gritou* pode dizer de Maria que ela gritou de dor ou que ela ficou surpresa. No primeiro caso, ser mordido quer dizer *estar com dor* e o encadeamento tem por estrutura ESTAR COM DOR DC GRITAR; no segundo, ser mordido por seu gato quer dizer *ser surpreendido* e o encadeamento tem por estrutura SER SURPREENDIDO DC GRITAR. Portanto, o sentido de um enunciado não será apenas descrito por um encadeamento, mas por um encadeamento associado a um esquema argumentativo, um encadeamento desambiguizado. Eu chamo de “conteúdo argumentativo” esse conjunto.

Volto à minha pergunta. Como se constrói o sentido? Como comunicamos conteúdos argumentativos? A língua nos fornece dois procedimentos.

O primeiro, que chamo de decodificação argumentativa, funda-se sobre o léxico. Palavras significam esquemas e então esses esquemas são transformados em discurso, são revestidos em discurso. Tomemos *Pedro é gastador*; *gastador* significa NEG ÚTIL PT COMPRA e o sujeito gramatical Pedro, bem como o presente gramatical, revestem esse esquema e o transformam em *mesmo que algo não seja útil, Pedro o compra*. O enunciado *Pedro é gastador* tem, assim, entre seus conteúdos argumentativos, aquele constituído pelo encadeamento *mesmo que algo não seja útil, Pedro o compra*, associado a NEG ÚTIL PT COMPRA.

Mas esse não é o único procedimento. Há um segundo, que chamo de interpretação argumentativa, e que não se funda mais no léxico, mas no entrelaçamento das palavras em enunciados e em textos. Esse é o segundo meio que a língua nos fornece para exprimir conteúdos argumentativos. Não são mais os termos em si, mas suas conexões que fazem sentido. Tomemos *Pedro está começando a aprender seu curso sobre a derivação das funções*: uma conexão é feita entre *aprender* e seu complemento do objeto direto, de modo que é evocado, diretamente, o encadeamento *Pedro teve um curso sobre a derivação de funções, portanto ele está começando a aprender*, sem passar, primeiramente, por um esquema. Mas a determinação do sentido não termina aí. Resta, para compreender esse enunciado, associar um esquema a esse encadeamento. Esse enunciado significa que Pedro está aprendendo este curso porque é um curso (Pedro seria, digamos, estudioso)? Em vez disso, isso significa que Pedro está aprendendo este curso porque as matemáticas são uma disciplina escolar importante (Pedro seria mais conformista, mais insistente)? O interlocutor deve determinar o esquema. Às vezes, ele é guiado na busca do esquema pelo próprio locutor, que acrescenta, por exemplo, *ele é muito estudioso, hein?* Mas, às vezes, o locutor não acrescenta nada e seu interlocutor fica livre para determinar o esquema.

Esses casos de interpretação argumentativa livre me interessam particularmente, pois mostram que ser interlocutor não consiste em descobrir o que quis dizer o locutor. Não há necessidade de redescobrir sua intenção – ou, mais precisamente, a do ator falante. Falar não é necessariamente dar ao outro indícios para calcular um conteúdo argumentativo. Falar pode ser brincar com o outro, buscar a dois os conteúdos argumentativos, desenvolvê-los juntos. Uma parte da fala feliz de que falei antes me parece desse tipo.

Em duas palavras, direi que minhas pesquisas atuais continuam o projeto de Austin. Como ele, gostaria de combater o “fetiche do verdadeiro e do falso”. Falar nem sempre é impor seus próprios pensamentos ao outro. Isso acontece. Penso em todos esses casais que vemos nas exposições em Paris, todos esses homens explicando às esposas aquilo que elas veem, como se não fossem capazes de olhar, como se elas não conhecessem nada, como se não tivessem visto as mesmas exposições que eles. Isso existe, admito. Mas falar pode ser mais variado: podemos ordenar, prometer, batizar, legar, bancar o professor, bancar o mestre, militar, testemunhar. E falar também pode consistir em trocar palavras, escolher palavras, reformular, especificar, pensar junto. Ser feliz, diria Starobinski. Creio que Ducrot via a fala como um combate, uma maneira de se impor ao outro, fundamentalmente desonesta; nisso, ele permaneceu fiel ao ponto de vista da retórica, embora, é claro, negasse a existência do logos. Não nego que a fala possa ser utilitarista. Mas há também uma fala a dois, fraterna, amorosa, solidária, na qual o interlocutor não se contenta em decodificar, mas interpreta ativamente, e gostaria de dar-lhe espaço.

**LG:** Agradeço-lhe imensamente por mais esta entrevista, Mme. Carel. Nossa permanente interlocução tem permitido a nós, brasileiros, estarmos em plena sintonia com as atualizações e com os desenvolvimentos da semântica argumentativa, prática fundamental para o avanço de nossas pesquisas no campo.

Como você sabe, além do grupo de pesquisa iniciado e liderado pela professora Leci Borges Barbisan, do qual faço parte, a semântica argumentativa é estudada em diversas universidades brasileiras e desperta o interesse de pesquisadores de várias subáreas da linguística. Sempre que converso com colegas que trabalham mais diretamente com enunciação, com argumentação – de quaisquer que sejam as perspectivas –, com os analistas de discurso ou com os estudiosos do texto, por exemplo, geralmente encontro certa regularidade em seus relatos, quanto às dificuldades com a Teoria Polifônica da Enunciação (cf. Ducrot, 1984). Não tenho dúvida, portanto, de que a TAP e, principalmente, seus

trabalhos com Dinah Ribard resolverão uma série dessas dificuldades postas, sobretudo quando da aplicação dos conceitos em *corpus*.

Entrevistas como esta e a que fizemos em 2019 (*Signo*, Santa Cruz do Sul, v. 44, n. 80, p. 214-230, maio/ago. 2019) – gentil e magistralmente respondidas pela senhora – muito nos auxiliam no esclarecimento de aspectos pontuais das teorias que constituem a semântica argumentativa e na difusão da maneira como a senhora se interroga sobre a língua. Desejo que tenhamos novas interlocuções futuras, a exemplo desta, até mesmo para refletirmos sobre questões de nosso interesse. Por fim, em nome dos organizadores deste número temático da revista *Conexão Letras*, agradeço-lhe, mais uma vez, pela sua importante contribuição, Mme. Carel!

### Referências

- CAREL, Marion. *L'Entrelacement argumentatif*. Lexique, discours et blocs sémantiques. Paris: Éditions Honoré Champion, 2011.
- CAREL, Marion. Introduction. In: CAREL, Marion. (Org.). *Argumentation et polyphonie: de Saint Augustin à Robbe-Grillet*. Paris: L'Harmattan, 2012. p. 7-58.
- CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. *La semántica argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semánticos*. Buenos Aires: Colihue, 2005.
- CAREL, Marion; GOMES, Lauro. A Semântica Argumentativa de nossos dias: questões ligadas às noções de língua, discurso, sentido e enunciação. *Signo*, Santa Cruz do Sul, v. 44, n.80, ago. 2019.
- CAREL, Marion; RIBARD, Dinah. L'acte de témoigner. *Antares*, Caxias do Sul, v.11, n. 23, maio/ago. 2019.
- DUCROT, Oswald. *Le dire et le dit*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984.

Recebido em: 02/11/2020; Aceito em: 07/06/2021.